

Candidatura Órgãos Sociais do Instituto Português de Reumatologia

O Instituto Português de Reumatologia (IPR) é a mais antiga instituição dedicada à Reumatologia em Portugal, mais antiga do que a criação legal da própria especialidade médica. Durante anos teve um papel fundamental na assistência aos doentes reumáticos, recebendo doentes de todo o País, dada a ausência (inicial) ou pequena expressividade (posteriormente) destes cuidados médicos especializados e diferenciados em quase todas as unidades de Sistema Nacional de Saúde. Nesta altura, o IPR recebia um subsídio à exploração por parte do Estado, que lhe garantia estabilidade e equilíbrio financeiro, permanecendo por isso desde sempre amarrado e dependente desta única forma de financiamento e de prestação de serviços.

A expansão da especialidade de Reumatologia, com formação de dezenas de novos especialistas, e a conseqüente criação de Unidades e Serviços de Reumatologia cobrindo a quase totalidade do território nacional, aliada à elaboração de uma Rede de Referenciação Hospitalar, recentemente (2015) revista e publicada, retirou protagonismo, necessidade e relevância aos cuidados especializados de Reumatologia prestados pelo IPR, limitando a sua área de referenciação dependente do SNS a uma pequena área geográfica de Lisboa. Na mesma altura, os constrangimentos económicos dos últimos anos, esta nova realidade de assistência médica de Reumatologia a nível do SNS, e a mudança de paradigma de visão do IPR a nível dos governantes (Ministério de Saúde e ARS), fez com que o IPR passasse a estar financeiramente dependente de um Acordo de Exploração, negociado anualmente com a ARS de Lisboa e Vale de Tejo. Neste acordo, o IPR fica dependente da necessidade de cumprir números megalómanos (que as Direcções prévias se têm visto obrigadas a aceitar por impossibilidade ou incapacidade em conseguir uma realidade distinta e mais favorável), e sujeito a sanções de cativação de verbas em caso do seu não cumprimento. A quase total dependência do IPR desta forma de financiamento, leva a que o Corpo Clínico se esgote diariamente numa tarefa hercúlea (e quase sempre inconsequente, por vicissitudes várias, mas primordialmente pela desproporção da exigência), limitando qualquer actividade clínica diferente desta, seja em termos clínicos seja em termos de investigação, e bloqueando assim qualquer potencial forma alternativa de intervenção clínica e de financiamento da instituição. Temos assim estado envolvidos num ciclo vicioso de dependência de um modelo de financiamento, que nos atrofia e nos limita, aumentando paradoxalmente a nossa dependência económica deste mesmo modelo...

Encontramo-nos assim num ponto actual de enorme complexidade, por múltiplas razões, existindo ameaças várias à subsistência do IPR:

- a) Construção do Hospital de Todos os Santos, aprovada e a ser concluída nos próximos, existindo já a indicação de que este Hospital irá reter a nossa actual área de referência, reduzindo ainda mais a relevância do IPR no âmbito do SNS;
- b) Aumento da oferta de Reumatologia nos diversos Hospitais e Unidades da ARS de Lisboa e Vale de Tejo, tornando a negociação de um futuro Acordo de Exploração com esta ARS ainda mais difícil, e previsivelmente em piores condições do que as previamente conseguidas ...;
- c) Indiferença por parte da Reumatologia pelo que se possa vir a passar no IPR, com provável inexistência de apoios institucionais e/ou pessoais de cariz de intervenção técnica e política para defender o IPR;
- d) Aumento da oferta de Reumatologia nas Unidades de Saúde privadas, em especial nas grandes superfícies hospitalares, em melhores condições globais “cosméticas” para o doente do que no IPR (instalações, marcações, realização de exames complementares de diagnóstico).

A estes constrangimentos reais, já de si preocupantes e graves, soma-se um último e determinante factor – a situação económica do IPR. O IPR apresenta actualmente uma dívida elevada. A impossibilidade de pagamento a diversos fornecedores tem sido “resolvida” com criação de novos contratos com fornecedores distintos, amplificando a dívida e empurrando para a frente a resolução de todos estes problemas. A exigência de pagamento de dívida por parte dos maiores credores do IPR levaria à falência imediata da Instituição, e tal só não acontece porque estes ainda vêm o IPR como um cliente com interesse actual e com potencial de recuperação futura. Os sinais de pré-colapso são evidentes a todos os que trabalham no IPR – atrasos no pagamento de extras, não reparação de materiais avariados, aumento da degradação das instalações, inexistência de materiais consumíveis de tipografia, ...

Desde 2005 o IPR tem tido uma Direcção de continuidade, em que as mesmas pessoas, em sucessivos mandatos, têm sido responsáveis pela condução dos destinos da Instituição, e pela definição das políticas de intervenção para a mesma.

Independentemente de entendermos a complexidade dos momentos que foram vividos, e a dificuldade em lidar com este tipo de condições, e pese embora todo o empenhamento e entrega pessoal, em muitas ocasiões hercúleas e sustentadoras da ainda viabilidade da Instituição, nomeadamente na situação recente de Pandemia (a qual nunca será demais reconhecer, sublinhar e agradecer), estamos convictos de que este modelo de governação se encontra esgotado, incapaz de fazer frente aos desafios actuais, e que a manutenção da mesma equipa directiva (e expectavelmente do mesmo tipo de acção, pois a existirem diferentes e melhores ideias de governação as mesmas já teriam sido decerto por eles adoptadas ...) apenas irá contribuir para agravar (eventualmente de forma irreversível ...) a situação do IPR.

Já há 4 anos acreditávamos que este modelo de governação era inviável, e que nesta direcção iríamos no caminho da insolvência e do colapso. Na altura apresentámos a nossa alternativa de candidatura, que foi preterida pelos então votantes.

Em Janeiro de 2021, na primeira Convocatória de Eleições, e pese embora a consciência de que todas as motivações prévias que nos haviam levado a avançar com uma candidatura se mantinham presentes, entendemos que não havia condições para apresentar uma candidatura com hipóteses de sucesso.

A assunção pelo Presidente de Direcção da sua decisão pessoal de não recandidatura, a grave situação presente da Instituição e os diversos pedidos de elementos da Instituição para avançarmos, aliados à forte ligação sentimental que cada um de nós tem pelo IPR, leva-nos a reconsiderar a nossa decisão, visando evitar a percepção de ausência de alternativa ao actual projecto ou a possibilidade de um vazio de poder na Instituição, com todas as suas potenciais consequências, incluindo a implosão da mesma.

Pensamos assim que por tudo o indicado, está na altura de mudar o paradigma na Direcção do IPR, nas suas iniciativas, na sua dinâmica, na sua relação com o interior e com o exterior da Instituição.

Acreditamos que, mais do que um problema de pessoas, mais do que o complexo enquadramento económico, falta ao IPR um **Novo Projecto de Direcção**, com novos conceitos, novas ideias, novas propostas e novas práticas.

É esse projecto que iremos apresentar a eleições, numa postura construtiva de diálogo democrático e numa posição de estado de acreditar que podemos fazer parte da solução da complexa situação em que a Instituição se encontra.

Não nos candidatamos contra ninguém, nem em vez de ninguém, candidatamo-nos pelo IPR, por acreditarmos que a mais velha Instituição de Reumatologia de Portugal pode e deve voltar a ocupar o lugar de destaque a que está obrigada pelo seu passado, mas também (e sobretudo) pelo seu presente e pelo seu futuro!

Acreditamos poder ser o polo catalisador de união, motivação, mobilização e construção de um projecto agregador de todos os profissionais do IPR, fundamentado na prestação de serviços médicos, e em que o doente será sempre o elemento prioritário, mas envolvendo e recompensando adequadamente todos os profissionais da Instituição.

O passado apenas nos interessará na medida em que nos ensinar a melhorar os nossos comportamentos actuais e potenciar um melhor futuro para todos.

Mantemos o Lema e o Conceito que propusemos anteriormente:

Lema – IPR – A Casa da Reumatologia e dos Doentes Reumáticos em Portugal – devolver Dignidade, Viabilidade, Exigência, Excelência e Prestígio à Instituição.

Conceito – Uma Direcção para identificar problemas e potenciar soluções; uma Equipa Técnica para fundamentar e profissionalizar intervenções.

No nosso modelo de Direcção, complementaremos a acção da Direcção com a existência de um **Conselho Consultivo** de elementos externos, profissionais destacados nas suas áreas, que nos dará (sem encargos financeiros para a Instituição) apoio e consultoria nas áreas vitais para a Direcção, nomeadamente:

- Estratégia económica; Sustentabilidade; Investimentos;
- Contabilidade; Gestão;
- Recursos Humanos;
- Marketing; Imagem externa; Comunicação;
- Gestão de dados; Informação;
- Candidatura a projectos; Parcerias científicas.

Com estes elementos, em conjunto com a Direcção, e **com o apoio de todos os profissionais da instituição** (que terão de encarar esta como uma última oportunidade para garantir o futuro do seu posto de trabalho, e idealmente, no futuro, por uma melhoria das suas condições de trabalho e de recompensa pessoal), iremos tentar implementar alterações profundas, mas graduais, sustentadas e realistas, no modo de funcionamento do IPR, em particular:

Projeção Externa:

- Intervir politicamente no sentido de se conseguir um novo modelo de parceria com outras entidades (nomeadamente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e/ou de acordo com o Estado e em especial com a ARSLVT;
- Estabelecer parcerias e protocolos com outras Instituições exteriores ao SNS, e partilhando estatutos jurídicos semelhantes ao IPR (IPSS), para protocolos de investigação e intervenção clínica em áreas consideradas actualmente do maior relevo para o doente reumático em particular e para a sociedade em especial;

- Criar condições para sermos sérios e efectivos concorrentes à oferta privada de saúde existente noutras entidades, sabendo que existe competência humana, clínica e técnica no Instituto para prestar cuidados de elevada qualidade nesta área;

Intervenção Interna:

- Rever a situação económica da Instituição e procurar formas exequíveis de garantir a sua solvibilidade e sustentabilidade;
- Investir na promoção da qualificação e responsabilização profissional dos profissionais, e num modelo de recompensa baseado na qualidade e efectividade do seu desempenho;
- Implementar Boas Práticas Clínicas na Instituição, com treino e formação profissional específico e com monitorização de práticas profissionais
- Implementar um modelo de registo de dados e de informação a todos os níveis (administrativo, gestão, clínico) que possa ser um auxiliar imprescindível à gestão adequada da Instituição a todos os níveis, e um apoio fundamental para a intervenção clínica assistencial e de investigação;
- Rever intervenções clássicas da Instituição (em particular Consulta Externa e Internamento) e avaliar formas de aumentar a sua eficiência e custo-efectividade;
- Criar condições para integrar intervenções clínicas actualmente existentes de forma autónoma e desgarrada (Fisiatria, Nutrição, Psicologia, Podologia e Terapia Ocupacional), permitindo uma maior sustentabilidade e rentabilidade destas, mas sobretudo uma abordagem global e coordenada do doente reumático, em todas as vertentes em que se justifique;
- Promover a existência de actividade médica individual, extraordinária, garante de potencial ganho suplementar económico

O êxito deste Novo Projecto depende fundamentalmente da capacidade que todos os profissionais do IPR tiverem de entender esta como uma oportunidade de ouro de, promovendo, participando e colaborando na recuperação e na viabilização económica da Instituição, contribuir para uma mudança radical na dignificação, reconhecimento e recompensa do exercício da sua actividade profissional na Instituição.

lisboa, 09 de Maio de 2021

